



DE CANUDOS ÀS LIGAS CAMPONESAS: LUTA E RESISTÊNCIA PELO TERRITÓRIO CAMPONÊS¹

FROM CANUDOS TO THE PEASANT LEAGUES: FIGHT AND RESISTANCE FOR THE PEASANT LAND

DE CANUDOS A LAS LIGAS CAMPESINAS: LUCHA Y RESISTENCIA POR EL TERRITORIO CAMPESINO

Marleide Maria Santos Sergio

Prof.^a Dr.^a - Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe - Campus Itabaiana
Grupo de Pesquisa Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço Geográfico (PROGEO)
E-mail: marleidesergio@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões e análise sobre a memória da resistência camponesa a partir do final do século XIX até o protagonismo assumido pela organização das Ligas Camponesas. Consideramos a dimensão política das lutas consagradas em seu caráter místico a exemplo de Canudos e Contestado e as mediações e disputas pela representação camponesa no Nordeste do Brasil através da constituição das Ligas. A metodologia incluiu revisão de literatura inerente à temática e realização de entrevistas com sujeitos sociais que participaram das Ligas Camponesas e, na direção contrária, com quem participou do esforço para desestabilizar o avanço destas. Reconhecer a existência desses movimentos como reação às investidas do capital no campo brasileiro é de fundamental importância para a compreensão da questão agrária na atualidade.

Palavras chave: resistência camponesa; conflitos agrários; Canudos; Contestado; Ligas Camponesas.

ABSTRACT

This article presents reflections and analysis about the memory of the peasant resistance from the late nineteenth century to the leadership assumed by the Peasant Leagues organization. Consider the dimension political of the fights consecrated in its mystical character, the example of Canudos and Contestado, and the mediations and disputes over peasant representation in the Northeast of Brazil through the Leagues constitution. The method included literature review inherent to the theme and realization of interviews with social people that participated in the Peasant Leagues and, on the other hand, who participated in the effort to destabilize its advancement. To recognize the existence of these social movements as a reaction to the capital investees in the Brazilian countryside is vital to understand the agrarian question nowadays.

Key words: peasant resistance; agrarian conflicts; Canudos; Contestado; peasant leagues.

RESUMEN

Este artículo presenta reflexiones y análisis sobre la memoria de la resistencia campesina a partir de finales del siglo XIX hasta el papel asumido por la organización de las Ligas Campesinas. Consideramos la dimensión política de las luchas consagradas en su carácter místico a ejemplo de Canudos y Contestado y las mediaciones y disputas por la representación campesina en el Nordeste de Brasil a través de la creación de ligas. La metodología ha incluido revisión de la literatura inherente a la materia y la realización de entrevistas con los sujetos sociales que participaron en las Ligas Campesinas y, en la dirección opuesta, con quien participó en el esfuerzo por desestabilizar su avance. Reconocer la existencia de estos movimientos como una reacción a la fuerza del capital en el campo brasileño es de fundamental importancia para la comprensión de la cuestión agraria en la actualidad.

Palabras clave: resistencia campesina; conflictos agrarios; Canudos; Contestado; Ligas Campesinas.

¹ Esse artigo faz parte da Tese de Doutorado: Movimentos sociais: na trama subliminar do ocultamento dos conflitos de classe. UFS - PPGeo, 2008, orientada pela Prof.^a Dr.^a Alexandrina Luz Conceição.

1 INTRODUÇÃO

Os conflitos sociais no campo brasileiro não fazem parte somente da história recente e atual do país. As configurações territoriais produzidas ao longo dos séculos são frutos e produtos, em boa medida, da invasão e destruição dos territórios dos povos nativos. Nesse processo, o latifúndio foi surgindo e consolidando-se com o componente da violência e do genocídio contra esses povos.

A continuidade e aprofundamento da violência incluíram a presença forçada do trabalhador africano transformado em fonte de trabalho e de capital na engrenagem da economia colonial. A suspensão do tráfico de escravos em 1831 e a iminente supressão dessa relação de trabalho motivaram a classe dominante a promover as alterações no regime de acesso à terra através da criação de mecanismo jurídico que fosse ao mesmo tempo, um obstáculo ao acesso à terra por parte da população pobre, agregados que praticavam a pequena agricultura e, principalmente de milhares de trabalhadores que viriam a se transformar em ex-escravos (MARTINS, 1997).

Com a mudança no regime de propriedade através da promulgação da Lei Nº 601, de 18 de setembro de 1850 (a Lei de Terras), se dá o impedimento do acesso a quem não tivesse condições de pagar em dinheiro pela terra e o início da definição da questão agrária no país. Essencialmente, essa lei teve a finalidade de tornar o trabalho em terra dos grandes proprietários, o único meio de sobrevivência dos pobres. Entretanto, a própria dinâmica do capital impôs a luta pela terra, considerando que essa propriedade, no capitalismo, é uma irracionalidade porque a terra não é produto do trabalho e, por isso mesmo, não pode ser produto do capital. Por conseguinte,

quando o capital se apropria da terra essa se transforma em *terra de negócio* em *terra de exploração* do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em *terra de trabalho*. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro (MARTINS, 1991, p. 55). (Grifos do autor).

Nesse contexto, a estrutura fundiária concentrada se consolida ao longo dos séculos, concomitante ao crescimento do número de posseiros que veem cada vez mais, o título de propriedade prevalecer sobre os direitos de ocupação efetiva.

A partir de meados do século XX, a modernização tecnológica passa a limitar a demanda de mão-de-obra e, mesmo nas áreas em que essa modernização não chegara, a pecuária reduz drasticamente a necessidade de trabalhadores. Dessa forma a constituição da questão agrária vai ter a marca dos posseiros “outra parcela dos camponeses sem terra, que vem historicamente lutando numa ponta contra a expropriação que os gera, e, na outra, contra os jagunços, “gendarmes de plantão” dos latifundiários, dos especuladores e grileiros” (OLIVEIRA, 2001, p. 7).



Este artigo objetiva contribuir para reavivar a memória da reação histórica dos camponeses que tem em seu registro, desde a resistência e massacre dos nativos, a desesperada reação e fuga do trabalhador escravizado, até as ocupações efetuadas pelos movimentos sociais que lutam pela efetivação da reforma agrária. A violência histórica no campo brasileiro e o desconhecimento do protagonismo de milhares de camponeses nas lutas e disputas para conquistar ou permanecer na terra, justifica a necessidade e pertinência de pesquisas e estudos que deem visibilidade a essa realidade. Nesse trabalho, parte-se da compreensão de que na dinâmica do desenvolvimento do capitalismo, “são as relações sociais de produção e a lógica contínua/contraditória de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo, o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização contínua da natureza” (OLIVEIRA, 2004, p. 40).

Os procedimentos metodológicos contemplaram leituras referentes à expansão do capitalismo no campo brasileiro que suscitaram movimentos registrados no século XIX e primeira metade do século XX e aos estudos das lutas e organizações camponesas no decurso de sua história na perspectiva da legitimidade do acesso à terra e permanência como condição de reprodução social. Foram realizadas entrevistas com um sacerdote reconhecido como liderança no trabalho de organização e criação dos primeiros sindicatos rurais e com dois ex-militantes das Ligas Camponesas em Pernambuco. Nesse artigo, são evidenciados os movimentos de Canudos, de Contestado e a constituição das Ligas Camponesas como importantes lições e referências, ainda que em contextos diferenciados, de resistência e luta contra a expropriação empreendida pelo capital e/ou pelo Estado.

2. (DES)ESPERANÇAS E UTOPIAS – DIMENSÃO MÍSTICA/POLÍTICA DAS LUTAS

As concepções e práticas inerentes aos processos de vida do camponês, são perpassadas e norteadas de forma direta e profunda pelos elementos da natureza e da religiosidade vinculados a divindades, independente da mediação de quem representa oficialmente uma religião. “No momento inevitável de dor ou de ameaça social, ouve a palavra, o conselho, a oração de membros da própria comunidade quem dispõem de um saber religioso reconhecido pelos demais como eficaz para essas circunstâncias” (MOURA, 1988, p. 20).

No interior dessa visão de mundo, foram gestadas figuras identificadas a messias que iam além do beato comum, porque ainda que involuntariamente, iam de encontro aos governantes e às classes que os representavam e que expropriavam os camponeses e ainda, impunham cobrança de

impostos para os cofres do Estado. A reação às injustiças sofridas e/ou a tentativa de construção de uma outra forma de vida, resultaram, em muitas partes do Brasil, em “movimentos messiânicos que falam ardentemente da utopia de um paraíso para os espoliados” (ibid, p. 23).

Desde os anos de 1870, Antonio Vicente Mendes Maciel, popularizado com o nome de Conselheiro, tornara-se conhecido como o mais importante beato das plagas dos sertões da Bahia, Sergipe e Alagoas. No caso de Conselheiro, além de suas ladainhas, arremetia-se seus seguidores para o trabalho de reconstrução de igrejas, pavimentação de estradas e construção de muros de cemitérios em pequenos povoados. A atração crescente e a aprovação de párocos de pequenas localidades, não impediram que seu comportamento e suas peregrinações fossem vistos com desconfiança por setores da Igreja em Salvador.

Em 1876 foi preso sob a acusação de homicídio seguindo para Salvador e depois para Fortaleza sob os protestos de seus adeptos. Solto por pressão popular e falta de prova, regressa à Bahia, onde se estabelece em 1877, na cidade de Itapicuru, no Arraial de Bom Jesus [...] (SOUZA; MACHADO, 1997, p. 73).

Esse arraial se transformou praticamente em uma cidade. De Chorrochó à Vila do Conde, de Itapicuru a Jeremoabo – Bahia – não havia uma só vila ou lugarejo obscuro, em que não contasse adeptos fervorosos (CUNHA, 1963). Por volta de 1893 o grupo se transfere para Canudos, onde ocupa uma fazenda abandonada que passou a ser chamada de Belo Monte. Ali, a expansão foi ainda maior, chegando a uma população flutuante de 25 mil habitantes com 5.200 casas. A ruptura às regras e submissão impostas pelo coronelismo, expressão de domínio político e territorial, chamava a atenção das populações rurais vizinhas, mas, sobretudo, despertava nas autoridades o receio de que Canudos fosse bem mais do que um grupo de beatos. Mesmo com exigências severas para a permanência dos adeptos, a possibilidade de ter a terra junto com todos que estavam ali, motivava o crescimento da comunidade. Data de 1893, a chegada de notícias dos sertões da Bahia, de cobrança de impostos pela República. Todos deveriam declarar o que tinham e ganhavam, o que foi entendido por Conselheiro e seus seguidores como uma ameaça e afronta ao modo de vida que estavam construindo. Por isso o discurso antirrepublicano do Conselheiro também incomodava quem representava o poder, caracterizando o caráter político da organização de Canudos.

Justifica-se dessa forma, a posição de alguns autores a exemplo de Clóvis Moura (2000), ao situar Canudos como um movimento social, pois

[...] o conteúdo de protesto organizado na direção de ordenar as relações sociais no campo, expresso através de seus véus ideológicos possíveis e compatíveis com a época e as circunstâncias é muitas vezes escamoteado e ressaltada a forma messiânica através da qual ele se expressou. No entanto, Canudos é um dos



movimentos sociais mais importantes na América do Sul e culminou na maior guerra civil do Brasil, depois da Cabanagem no Pará e do Contestado em Santa Catarina-Paraná. [...] seu conteúdo social e por isso também político não tem sido devidamente avaliado. A guerra liderada por Antonio Conselheiro é o reflexo mais eloquente [...] das contradições que existiam naquela época e ainda persistem nas relações sociais (no nível das relações de produção) do nosso setor agrário. [...] reflete o antagonismo a que haviam chegado as relações entre o latifúndio e a massa camponesa explorada da época (MOURA, 2000, p. 22).

A primeira tentativa de ataque a Canudos foi registrada em 1893 com pouco mais de uma centena de soldados, que perceberam a necessidade de retornar diante da resistência que encontraram. De igual modo, uma segunda expedição, que foi enviada pelo governo federal com mais de 500 “praças”, também bateu em retirada.

O relevo acidentado e o clima da região não eram os únicos fatores negativos para as expedições. A caatinga, com sua vegetação rude e intratável de xique-xiques e mandacarus, ao mesmo tempo em que acobertava o sertanejo, golpeava o soldado durante a luta (SOUZA; MACHADO, 1997, p. 76).

O cenário da seca e a luta de um povo marcado pela pobreza e pela religiosidade se sobressaem em relação às motivações para tamanho combate a Canudos traduzidas na questão da negação do direito à terra, do poder e opressão exercidos pelo coronelismo e pelo latifúndio.

O conflito de Canudos foi interpretado e enfrentado como uma anomalia que colocava em risco a “ordem” republicana e oligárquica. Evidenciam-se a violência e a forma desproporcional com que foram combatidos e massacrados os sertanejos de Canudos pelas tropas do Exército em outubro de 1897, sem, no entanto, trazer à tona a importância da luta e da resistência camponesa enquanto perspectiva política que possibilitava a experiência de viver em uma sociedade diferente da República dos coronéis, gestada desde o início da exploração portuguesa e aprofundada a partir da privatização das terras em 1850.

No início do século XX, outro conflito envolvendo camponeses vai ocorrer em uma área contestada na região planáltica, entre os estados do Paraná e de Santa Catarina². A Guerra do Contestado, como ficou conhecida, foi suscitada em 1908, envolvendo sertanejos catarinenses e paranaenses, o Estado e o capital internacional. Segundo Souza; Machado (1997), o sertanejo do planalto vivia sem muitas perspectivas, em “terra de ninguém”, onde coletava o mate e a madeira, e cultivava produtos de subsistência ou ainda, trabalhava na grande fazenda como agregado na lida

² As terras do Contestado localizavam-se na região de relevo acidentado de Santa Catarina. No período colonial, a região litorânea desse estado que já era ocupada por índios, receberam portugueses provenientes de Açores e da Ilha da Madeira. Com as imigrações do século XIX, os vales mais férteis foram ocupados por alemães e italianos. Restaram as terras da região planáltica que foram ocupadas por índios expulsos do litoral e por uma população branca “sertaneja” desde os primeiros tempos do Brasil-Colônia, bem antes de existir fazenda (Souza; Machado, 1997).

com o gado. Nesse cenário, onde inexistiam, minimamente que fosse, os serviços de educação e de saúde, a figura do beato conhecido por monge assumia grande importância para a maior parte da sociedade que vivia nos sertões.

No bojo do projeto de modernização do país, o Estado autorizou a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande, por onde o gado, a madeira e o mate da região deveriam ser levados até os portos do litoral. Na concessão efetuada à empresa *Brazil Railway Company*, comandada por um grupo de empresários ingleses e norte-americanos – grupo *Farquhar* – existia autorização para que as terras localizadas até 15 quilômetros para ambos os lados da linha férrea passassem para o domínio da empresa. Dessa forma as terras que na realidade eram devolutas e ocupadas por posseiros, passaram a ter, oficialmente (pseudos) donos e nada mais poderia ser retirado – mate, madeira e cultivos.

A desocupação das terras não dispensou a violência promovida pelo próprio Estado. O problema social foi agravado com o final das obras da ferrovia, com a dispensa de milhares de trabalhadores que foram recrutados, principalmente da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. “Cerca de 8 mil trabalhadores [...] ficaram desempregados. Sem terra e sem emprego, perambulavam pelos sertões, ocupando terra, saqueando e muitas vezes se oferecendo como jagunços para conseguirem emprego junto aos coronéis” (FERNANDES, 2000, p. 30).

É nesse contexto, marcado pela miséria, injustiças e violência, que em 1912, José Maria, monge que se dizia sucessor de João Maria, eremita famoso na região, desaparecido em 1906, começa a dar corpo a um movimento considerado messiânico em Campos Novos/SC, interpretado pelo poder dos coronéis e do Estado, como uma ameaça à República, a exemplo do julgamento de Canudos.

Em Irani, região contestada pelos paranaenses, o movimento foi combatido tendo a baixa do beato José Maria. A dispersão dos sertanejos foi acompanhada da ideia de ressurreição daquela liderança que daria a força necessária para a criação de uma cidade sagrada em Taquaruçu/SC.

Para fundar a cidade santa, os fiéis venderam o pouco que tinham e rumaram para Taquaruçu. Tudo era dividido entre todos. Era o tempo da fartura. Todos eram iguais. Plantavam, criavam alguns animais, construía casas e viviam na comunidade, que já contava com cerca de 300 moradores. (SOUZA; MACHADO, p. 82).

O crescimento da cidade era notório; em 1914 a população já era superior a 10 mil habitantes e causava preocupação no governo, nas empresas que atuavam na região, nos coronéis e na própria Igreja Católica. A partir da primeira experiência, novos núcleos foram surgindo com o mesmo sentido de produção comunitária e de fartura – Bom Sossego, São Sebastião e Guaraguatá.



O governo federal foi pressionado pelo grupo *Farquhar* que exigiu a repressão aos sertanejos acusados de ameaça ao seu patrimônio e a República.

Sucederam-se os ataques aos núcleos criados pelo movimento, caracterizando uma verdadeira guerra. “Em setembro de 1914 eram mais de 15 mil pessoas. Acusando o governo de assassinar os trabalhadores e entregar as terras para empresas estrangeiras, passaram a atacar fazendas e cidades e a controlar partes da ferrovia” (FERNANDES, 2000, p. 31). Àquelas comunidades que lutavam por uma nova forma de vida, não restava senão a resistência. Entretanto, a luta era absurdamente desigual. Em dezembro de 1916, os últimos núcleos de resistência foram arrasados.

A exemplo de Canudos, o argumento para massacrar o Contestado foi o combate à monarquia. Entretanto, nestes casos,

[...] como em outros movimentos messiânicos que ocorreram no Brasil, os camponeses foram destroçados. Foram *movimentos populares* que acreditaram na construção de uma organização em oposição à república dos coronéis, da terra do latifúndio e da miséria. Em nome da defesa e da ordem, os latifundiários e o governo utilizaram as forças militares, promovendo guerras políticas. Não era a monarquia que combatiam, mas sim, a insurreição dos pobres do campo (MARTINS, 1995, p. 62). (Grifos nossos).

Paulatinamente, as reações à expropriação se intensificaram como contrapartida ao agravamento das condições sociais de milhares de camponeses espalhados de norte a sul do país, sobretudo posseiros que sofriam as repercussões da política de colonização e ações das respectivas companhias, na chamada Marcha para o Oeste. As Revoltas de Porecatu (1948-1951) de Pato Branco, Capanema e Francisco Beltrão (1957) no norte e sudoeste do Paraná respectivamente, são alguns exemplos de conflitos que marcam a História de luta do campesinato brasileiro e de extrema violência sofrida por esses sujeitos na defesa da posse de suas terras. A partir dos anos de 1940 as lutas são reconhecidas em uma dimensão política com a participação de outros sujeitos, principalmente do Partido Comunista em várias lutas camponesas entre o final da década de 1940 e parte dos anos 1960. Para Martins,

já não são lutas como a de Canudos, na Bahia, e a do Contestado, em Santa Catarina, em que a dimensão política estava submersa na dimensão religiosa. Nos anos 50, os movimentos populares no campo ganham uma forte dimensão política, com a mediação de um partido que tem um projeto político e que enquadra e define as lutas no campo em função de uma transformação revolucionária da sociedade brasileira (1993, p. 85).

3 LIGAS CAMPONESAS – MEDIAÇÕES, LIMITES E DISPUTAS PELA REPRESENTAÇÃO CAMPONESA

Uma nova perspectiva se abre com a organização das Ligas Camponesas como um marco dos movimentos sociais na história contemporânea do campesinato no Brasil, na década de 1950.

Essa organização vai mostrar, de forma mais articulada e com maior visibilidade que

em seu processo de formação, os camponeses sempre enfrentaram os coronéis-latifundiários e grileiros, se opuseram ao Estado representante da classe dominante, que construiu ditaduras para mostrar seu poder. Assim, a resistência camponesa manifesta-se em diversas ações que sustentam formas distintas e se modificam em seu movimento. São caminhos abertos e construídos no tempo e no espaço, e nessa marcha participam do processo de transformação da sociedade (FERNANDES, 2000, p. 32).

É importante considerar que em 1945, quando se dá a interrupção da ditadura de Getúlio Vargas, o Partido Comunista começa a se destacar no trabalho de organização e mobilização de trabalhadores rurais. Mesmo não existindo uma proibição oficial à criação de sindicatos rurais existiam de fato, muitas restrições. Um dos primeiros sindicatos rurais – o de Campos (RJ), foi criado em 1933, e só após 24 anos (1957), se deu o registro daquele que congregava os trabalhadores da Usina Barreiro em Pernambuco. Muitos outros sindicatos nesse período funcionavam na ilegalidade. O registro de uma associação tornava desnecessário o reconhecimento do Ministério do Trabalho e garantia a legalidade e a ação dos camponeses.

Segundo Morais (2002), entre 1945 e 1947 foram constituídas centenas de Ligas Camponesas na maior parte do país que reuniam milhares de pessoas, incluindo assalariados agrícolas, setores camponeses de arrendatários, parceiros, e posseiros, tornando possível a eleição de um número considerável de parlamentares comunistas para as assembleias estaduais e câmaras municipais. Nesse período, as Ligas eram consideradas organizações-apêndice da estrutura centralizada do Partido Comunista, tendo como liderança comum Luís Carlos Prestes.

Por isso, a decretação da ilegalidade daquele partido pelo governo Dutra, em 1947, contribuiu significativamente para o recuo daquelas organizações, que tiveram muitas de suas lideranças presas, perseguidas e assassinadas. Essa realidade foi confirmada pelo Sr. A. S. entrevistado em 1988, em João Pessoa:

A situação era terrível, nossas lideranças ameaçadas de morte, tendo que viver como bicho. E teve muitos que mataram. Mas a gente tinha que lutar, mesmo escondido. Na Paraíba era muito forte o movimento. Agente acreditava que era possível ter a reforma agrária, era o nosso sonho. Mas também sabia que os grandes não iam querer. A minha família até hoje tem medo e não gosta de falar



nisso. A Igreja também tentou ajudar. Tinha padres que botaram pra frente mesmo foi os sindicatos.

Desse modo, poucas Ligas continuaram, mas de forma clandestina, esporadicamente arriscando-se a realizar atos públicos, encerrados violentamente com a repressão policial. Moraes (2002) afirma que em 1954 eram poucas as organizações camponesas que funcionavam e pouquíssimas as que conservavam o nome de Ligas.

Nesse contexto, teve destaque a Liga Camponesa de Iputinga, uma das mais antigas, localizada nas proximidades de Recife. Criada por José Ayres dos Prazeres³, conhecido militante de Pernambuco, encabeçou a reorganização dos camponeses e o ressurgimento das Ligas em 1955, a partir da criação de uma associação de foreiros⁴ inscrita com o nome de Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco – SAPPP, baseada no núcleo de camponeses do Engenho da Galiléia, município de Vitória de Santo Antão – PE. Martins (1995) enfatiza que

é justamente a cana-de-açúcar no Nordeste que nos mostra com mais clareza o processo do camponês ao longo da história brasileira: agregado marginal no regime de trabalho escravo, ocupado ocasionalmente no trabalho de cana-de-açúcar, passa ao lugar principal com o fim da escravidão, como morador de condição, para, à medida que a condição aumenta e que seu trabalho gratuito ou barato na cana é a renda que paga pela terra em que planta a sua subsistência, ir aos poucos se convertendo em assalariado (1995, p. 66).

A perseguição aos seus membros empreendida conjuntamente por um grupo de latifundiários, donos de outros engenhos, e pelas arbitrariedades policiais torna-se constante. Na tentativa de buscar respaldo político para os camponeses da Galiléia e denunciar a contínua repressão policial e violência praticadas por jagunços, José Prazeres e Paulo Travassos⁵ conseguem em Recife,

[...] que se formasse um grupo de personalidades para respaldar a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco e de suas delegacias às quais nesses tempos os latifundiários apelidaram de Ligas Camponesas, vindo com isso a confundi-las com a Liga de Iputinga e com outras ligas camponesas comunistas, já desaparecidas (MORAIS, 2002, p. 20).

³ José dos Prazeres, considerado um antigo batalhador das causas sociais desde a primeira década do século XX, tinha em sua história, perseguição e prisões por ajudar socialistas russos, durante uma campanha financeira encabeçada pelos jornais Terra Livre e Novo Rumo, que ele se encarregava de distribuir em Pernambuco. A partir de 1945, passa a atuar decisivamente na mobilização dos trabalhadores rurais através da criação de várias Ligas (MORAIS, 2002).

⁴ Os foreiros eram camponeses que pagavam ao fazendeiro renda da terra em forma de aluguel anual (fórum). Essa figura surgiu no Nordeste, no contexto da crise da cana que levava os senhores de engenho a arrendar suas terras a foreiros, tornando-se absenteístas (MARTINS, 1995).

⁵ Segundo Moraes (2002), Paulo Travassos é uma mistura de camponês e operário rural do Espírito Santo, onde militava no Partido Comunista. Perseguido pela polícia, em 1945 viajou para Pernambuco e recomeçou sua atividade de organização rural (Nota nº 3, p. 65).

Nesse contexto se dá também, por iniciativa do PCB, a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB⁶, com o objetivo de organizar os trabalhadores rurais em âmbito nacional. Apesar das relações próximas com as Ligas, estas não eram filiadas àquela entidade que

parecia ser uma organização imposta de cima para baixo. [...] sua tática residia na acumulação de forças, através de um trabalho de apoio a reivindicações e a interesses econômicos dos trabalhadores agrícolas (assalariados e a camponeses). As ligas, ao contrário, atuavam no sentido de despertar a consciência política entre os camponeses, para que no momento histórico pudessem decidir sobre seu destino (ibid, p. 38, 39).

Desse modo, a difusão dessas organizações pelo Nordeste se deu, principalmente entre foreiros de antigos engenhos que começavam a ser retomados por seus proprietários absenteeístas, devido à valorização do açúcar e à expansão dos canaviais e, por conseguinte, a expulsão daqueles foreiros. A reação ao crescente aumento da exploração e à iminente expropriação vai se dar sob a orientação do advogado e deputado Francisco Julião do Partido Socialista Brasileiro que articula, junto com outros parlamentares, a formação do Conselho Regional das Ligas⁷, da qual Julião é proclamado presidente de honra.

O movimento estava inserido em um contexto mais amplo, que ia além da situação específica dos foreiros de Pernambuco porque alcançava a situação de uma crise política regional. Os temas da fome e da reforma agrária começaram a ganhar espaço com a eleição de Juscelino Kubitschek e João Goulart à presidência e vice-presidência, respectivamente. Com o processo que culminou na desapropriação do Engenho Galiléia em 1959, ocorreu um estímulo e crescimento extraordinário desse movimento que tinha seu prestígio consolidado em todo o Nordeste e em outras regiões do país⁸.

A atuação das Ligas, sua trajetória e limites, assim como a história política do campesinato brasileiro, estão associados, de forma diferenciada, ao posicionamento de duas importantes personagens desse processo: o Partido Comunista e a Igreja Católica. Martins aponta essa relação situando o Manifesto de Agosto daquele Partido, em 1º de agosto de 1950, e o Documento Pastoral

⁶ A sua principal área de influência era São Paulo e Goiás, onde existiam dois dos mais conhecidos líderes camponeses: Jofre Correia Neto e José Porfírio, respectivamente. A ULTAB alcançou um grande crescimento em todo o país, à exceção de Pernambuco, estado onde as Ligas eram mais fortes e no Rio Grande do Sul, o MASTER – Movimento de Agricultores Sem Terra. Essa organização foi criada pelo então governador Leonel Brizola para impedir que, no Rio Grande do Sul, os trabalhadores rurais se filiassem a ULTAB ou às Ligas (MORAIS, 2002).

⁷ O Conselho Regional das Ligas era um instrumento necessário de consultas e, esporadicamente, de decisões em tudo quanto se relacionasse com os efeitos ou conseqüências do movimento camponês dentro da sociedade global. Uma vez institucionalizado, o Conselho passou a ter uma composição invariavelmente formada por militantes do Partido Comunista Brasileiro, do Partido Trabalhista e do Partido Socialista Brasileiro (MORAIS, 2002).

⁸ Além de Pernambuco, a maior expressão desse movimento foi na Paraíba que teve em Sapé, a maior Liga do país. Em 1962, o seu fundador e presidente João Pedro Teixeira foi assassinado.



lançado pela Igreja um mês após o manifesto, como dois momentos que simbolizam essa importância.

No Manifesto de Agosto, o Partido Comunista define sua linha radical de ação, frente ao problema agrário com a necessária confiscação das grandes propriedades fundiárias e a extinção das formas de exploração do trabalho caracterizadas por alguns de seus intelectuais como semifeudais. O Partido mirava uma revolução com a participação de uma ampla frente anti-imperialista e antifeudal, a frente democrática de libertação nacional que incluía desde os camponeses e proletários até a burguesia nacional. Os rumos dados a esse projeto, vão determinar o afastamento do PCB em relação às Ligas, acrescida do componente da competição entre o sindicalismo rural, encabeçado por setores da Igreja Católica e o movimento camponês.

É nessa perspectiva que a Igreja assume a bandeira da organização do homem do campo em sindicatos rurais, sobretudo no Nordeste, onde o acirramento dos conflitos assumia proporções compatíveis com a miséria gerada pelo modelo de desenvolvimento, ainda que inicialmente tenha ocorrido uma adesão de alguns padres com as Ligas. Esse envolvimento foi confirmado pelo padre Melo em 1988, período em que já residia na cidade de Aracaju/SE.

Julião fazia parte da minha paróquia e o seu trabalho nas Ligas era extraordinário. Eu, não só simpatizava com o movimento na cidade do Cabo (PE), que estava na efervescência no início da década de 1960, como trabalhava com ele. Tanto é, que fui eleito presidente de honra das Ligas Camponesas. Quando as Ligas começaram a ganhar força e expressão jamais imaginadas e Julião declarou-se comunista, fiquei em situação muito delicada. Também me lembro do padre Manuel Monteiro que também apoiava muito. Teve notícia até no exterior que ele era o novo líder das Ligas. Mas depois de 1961 tudo mudou (Entrevista, Aju/Set 1998. apud SANTOS, 1999).

O fato de alguns poucos membros da Igreja terem esboçado apoio àquela organização, também reforçou a articulação do episcopado para traçar estratégias visando barrar o avanço do movimento e eliminar as possíveis adesões. Os padres que já tinham certa presença junto aos trabalhadores rurais transformaram-se nos mais fervorosos opositores das Ligas. Continuando as suas considerações sobre aquele período, o padre Melo enfatizou:

fui posto na parede. Deveria escolher: ou as Ligas ou a Igreja. Argumentei com o meu superior que estava com as Ligas porque elas estavam com os trabalhadores. Foi aí que a hierarquia encontrou a saída: promover a sindicalização rural e lutar pelo seu reconhecimento (ibid.).

É mister considerar que os acontecimentos no final de 1961 vão motivar ainda mais o empenho da Igreja. Após o I Congresso Nacional dos Camponeses⁹, preparado pela ULTAB, em novembro de 1961, as Ligas já haviam se expandido por 13 dos 22 estados brasileiros e de forma mais ampliada, a ULTAB chegava a centenas de municípios. Para Bernadete W. Aued que analisa os caminhos da cisão dos camponeses naquele período, após o Congresso,

[...] a consigna da reforma agrária, transformada em palavra de ordem de efeito explosivo, encontrou um campo objetivo e subjetivamente propício para uma grande mobilização social. [...] Em lugar das modernas teses de arrendamento rural e extensão da política salarial ao campo, o grupo de “julianistas” contagiou todos os delegados com a bandeira da “reforma agrária” na lei ou na marra” (2002, p. 78).

De acordo com esta autora, nesse congresso se dava a cisão entre o PCB e as Ligas. Após este evento, considerado um marco histórico na luta pela Reforma Agrária, foram registradas iniciativas de grande repercussão dos setores camponeses organizados. Com a constituição da ULTAB, ocorreram o levante armado dos camponeses de Jales (SP), a guerrilha camponesa do Prado (BA), confronto armado entre os camponeses do município de Pato Branco e a polícia (PR), revolta de camponeses armados de Tocantinópolis (GO), repressão policial aos camponeses na região de Sapé (PB), com a participação também das Ligas. Com a marca deste movimento, ganharam também importância a Grande Marcha dos Camponeses em Brasília (Ligas de Formosa e Tabatinga), levante camponês estudantil em Jussara e Iporá (GO), choques armados entre policiais e camponeses em Buíque (PE), (MORAIS, 2002). Esses e outros acontecimentos desse nível vão influenciar decisivamente na estratégia da sindicalização rural por parte da Igreja.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo brasileiro é permeado pelas lutas do campesinato para (re)conquistar seus territórios. No entanto persiste o desconhecimento das mesmas pela sociedade, estando ausente, inclusive, nos livros didáticos, o que contribui para a incompreensão do protagonismo do campesinato brasileiro. É evidente que as lutas registradas ainda no século XIX, popularizadas pelo seu caráter mítico, já representavam formas de reação a uma situação de profunda injustiça e miséria vivenciada por uma parcela significativa da sociedade brasileira. Esse quadro ganhou novos contornos e conteúdos, quando, a partir de meados do século XX as organizações camponesas

⁹ Esse Congresso foi iniciado com uma missa inaugural na Catedral de Belo Horizonte e já ali começou o “vivas” à reforma agrária. A maioria dos delegados era da ULTAB, controlado pelo PCB. Entretanto, os delegados das Ligas conseguiram transformar este Congresso numa pregação em defesa da Reforma Agrária (Morais, 2002).



ameaçaram modificar o contexto das forças políticas nacionais, particularmente aquelas que construíram e sustentavam o pacto populista. A trajetória do movimento camponês, até então inédito, vai repercutir fortemente no interior desse pacto. No decorrer de dez anos, milhares de camponeses brasileiros, principalmente do Nordeste, externaram sua revolta e reacenderam esperanças a partir do engajamento na mais contundente organização camponesa do Brasil: as Ligas Camponesas. Com o golpe militar de 1964, centenas de seus militantes e lideranças foram perseguidas, torturadas, presas e assassinadas.

As Ligas foram assassinadas! Como organização social foram destruídas. Mas haviam semeado em terra fértil. E suas experiências e pregações ficaram adormecidas profundamente, mas, depois de muitos anos, rebrotaram. [...] vinte anos depois, rebrotaram em diversos outros movimentos sociais no campo brasileiro. Entre eles, no MST. Por isso, muito nos orgulhamos de sermos descendentes desse grande movimento camponês, as Ligas Camponesas (STÉDILE, 2002, p. 8).

A realidade da violência no campo brasileiro, atestada, por exemplo, por estudos coordenados pela Comissão Pastoral da Terra, continua atingindo posseiros, mas também, com grande intensidade, os povos nativos e as comunidades tradicionais, justificando a necessidade de avançar nos estudos que possam dar voz a esses sujeitos.

REFERÊNCIAS

- Comissão Pastoral da Terra (CPT).** Conflitos no campo brasileiro. 30 anos, 2014.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. 26ª ed. São Paulo: Paulo de Azevedo, 1963.
- FERNANDES, B. Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5ª ed. Petrópolis, 1995.
- MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- MORAIS, Clodomir S. História das Ligas Camponesas no Brasil. In: STÉDILE João P. (Org.). **História e natureza das Ligas Camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- MOURA, Margarida M. **Camponeses**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.
- MOURA, Clovis, **Sociologia política da guerra camponesa de Canudos**. Da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST. São Paulo: Expressão Popular: 2000.

OLIVEIRA, A. Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: **Estudos avançados**. Vol. 15, n. 43, São Paulo, sep/dec. 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103_40142001000300015&script=sci_arttext. Acessado em 16/07/2007.

OLIVEIRA, A. Umbelino. O campo no século XXI. In: MARTA, M. Marques. (Org.) **Território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra. 2004.

SANTOS, Marleide M. Movimentos sociais: na trama subliminar do ocultamento dos conflitos de classe. **Tese de Doutorado em Geografia**. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008.

SOUZA, Cláudia; MACHADO, Ana C. M. de S. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Loyola, 1997.

Recebido em setembro de 2016
Aprovado em novembro de 2016

